



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2022**  
**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022 RP Nº 022/2022**

#### TERMO DE APRECIAÇÃO

##### I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 064/2022, Pregão Eletrônico nº 031/2022, RP nº 022/2022, cujo objeto é a Aquisição de saneantes hospitalares para atender à demanda das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, conforme descritivo previsto no item 19 e Anexo I deste Edital, registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 06/09/2022.

Alega a recorrente, em apertada síntese, que o produto cotado pela licitante vencedora do item 05 (Desinfetante Hospitalar pronto para uso), BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S.A., encontra-se em desconformidade com as exigências editalícias.

Aduz que *“Conforme expressamente solicitado no edital, o item 5 (DESINFETANTE HOSPITALAR PRONTO PARA USO) deve ser eficaz contra bactérias vegetativas, microrganismos multirresistentes, vírus, fungos e microbactérias: MRSA, VRE, Acinetobacter baumannii (IMP- 1), KPC, ORSA, Mycobacterium bovis, Mycobacterium smegmatis, HSV, H1N1, Rotavírus, BVDV, Influenza e Arpergillus fumigatus”.*

Todavia, argumenta que *“(…) a BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, não apresentou qualquer documento que comprovasse a eficácia do produto cotado, nos termos requeridos no edital. É ônus dos licitantes a prova de que o produto por eles cotados atendem ao descritivo do edital. Assim, especificamente em relação ao item 5, caberia a prova da eficácia do produto contra as bactérias indicadas no termo de referência à Bioshosp”.*

Aduz que a aprovação da proposta implica em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida, especialmente para se promover a intimação da *“empresa BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, para que comprove que o item 5, atende ao descritivo do edital, com a apresentação dos respectivos laudos e, não o fazendo, que seja desclassificada, para que o pregoeiro examine as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste edital e seus anexos”.*

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

contrarrrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 13/09/2022 (terça-feira), vindo a findar-se em 15/09/2022 (quinta-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, a licitante BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S.A. apresentou contrarrrazões em 19/09/2022, às 16:01:00h, isto é, intempestivamente, combatendo o mérito recursal e pleiteando a improcedência do recurso.

Em síntese, é o relatório.

### II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 06/09/2022 (terça-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 08/09/2022 (quinta-feira), vindo a findar-se em 12/09/2022 (segunda-feira), considerando que o dia 07/09/2022 (Feriado da Independência do Brasil) não foi dia útil, sem expediente no Setor de Licitações.

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 12/09/2022, às 13:20:52h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

### III. Do mérito recursal

Analisando detidamente as razões recursais, observa-se que o cerne do recurso administrativo consiste em verificar se seria o caso de desclassificação da proposta apresentada pela vencedora do item 05, BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S.A., em virtude de desconformidade das especificações técnicas do produto cotado, inclusive, sendo o caso, com diligência para ratificação das especificações.

O art. 26 do Decreto Municipal nº 84/2021 preconiza que o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

A leitura do art. 40, inciso I, da Lei nº 8.666/93 c/c art. 3º, inciso I, da Lei 10.520/2002, revela caber ao Edital descrever criteriosamente o objeto a ser contratado. Deve o Poder Público, na fase preparatória da licitação, definir com exatidão as características do bem almejado, disponibilizando informações técnicas que caracterizem





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

o objeto. Com isso, torna-se possível aos concorrentes compreenderem o que se pretende adquirir, resguardando-se, simultaneamente, a qualidade do objeto.

No presente certame, consta do Anexo I – Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, e bem assim do item 19 do Edital, a descrição precisa e clara dos itens licitados.

Acerca da necessidade de observância do descritivo pelos proponentes, preconiza o Edital:

“7.13. O preço deverá ser cotado considerando-se o fornecimento/prestação de serviços, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no item 19 do Edital, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas, como transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios, bem como a descrição detalhada, observando as especificações exigidas no Termo de Referência.” (destacamos)

“7.23. Toda a especificação estabelecida para o objeto neste Edital será tacitamente aceita pelo licitante, no ato de apresentação de sua PROPOSTA COMERCIAL.” (destacamos)

7.25. Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos.” (destacamos)

Em consonância, dispõe o Anexo I – Termo de Referência:

#### “6. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

6.1. Os bens/materiais/produtos/equipamentos serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 5 (Cinco) dias do recebimento provisório.

6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.” (destacamos)

#### “9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**9.1.3** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**9.1.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**9.1.5** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento/serviço efetivamente prestado, conforme objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**9.2** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados." (destacamos)

#### **"10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**10.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo de referência, edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante e modelo.

**10.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**10.4.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

**10.5.** Executar o objeto em local indicado pela Contratante e no prazo estabelecido neste Termo de Referência, competindo à Contratante providenciar as condições necessárias que possibilitem a fiel execução do contrato.

**10.6.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**10.7.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Contratante, em decorrência da entrega do bem/prestação dos serviços, incluindo-se danos causados a terceiros, a que título for.

**10.8.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Contratante.

**10.9.** Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independentemente de solicitação." (destacamos)

Diante de tais premissas, passamos à apreciação das alegações recursais em cotejo com as especificações e diretrizes constante do Edital.

No tocante ao item 05 (Desinfetante Hospitalar pronto para uso), a tese recursal se limita ao argumento de que "(...) a BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, não apresentou qualquer documento que comprovasse a eficácia do produto cotado, nos termos requeridos no edital"; a Recorrente não demonstra, por meio de elementos





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

concretos e objetivos, que o produto/marca ofertados pela concorrente possua especificação incompatível com aquela exigida no certame.

O instrumento convocatório não previu a realização de fase específica de análise de amostras para avaliação física dos itens ofertados nas propostas, nem exigiu a apresentação de ficha técnica/prospecto contendo rol de especificações dos produtos. Logo, incabível exigir das licitantes na estreita via recursal a apresentação de amostras e ou documento equivalente, tal como pretendido pela recorrente.

Importante destacar, contudo, que as licitantes não se encontram desobrigadas de observarem as especificações exigidas pela Administração Pública, tampouco que o ente licitante não poderá adotar medidas para verificação do cumprimento das exigências editalícias.

Isso porque, conforme disciplinado no Edital, o momento estabelecido para conferência das especificações dos produtos será quando do recebimento/aceitação das mercadorias, as quais serão rejeitadas, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Edital e na própria proposta da licitante, ressalvada a possibilidade de substituição no prazo de 10 (dez) dias (*vide* item 7.6, do Anexo I - Termo de Referência).

No mesmo sentido, restou claramente especificado no item 15 do edital:

**"15.10. A Secretaria solicitante será responsável por receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, observados os artigos 67 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93.**

15.11. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, a servidora Diane Assis Coura Fidelis, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, será designada representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.12. A servidora a servidora Diane Assis Coura Fidelis, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, fará a gestão da Ata/contrato, ficando responsável por certificar-lhe as condições de prazo de vigência, saldo contratual, ou outras que se fizerem necessárias para seu bom e fiel cumprimento.

15.13. O Município de Conselheiro Lafaiete reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com o previsto neste edital, podendo aplicar o disposto no art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**15.14. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente e integralmente, após a verificação da conformidade do objeto com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação."** (destacamos)

Segundo expressamente estabelecido no item 18.4 do Edital, a apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no Edital, sendo o licitante responsável por todas as transações que



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

### Setor de Licitação

forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

O licitante, ao participar do certame, está a afirmar que a proposta apresentada cumpre todas as condições e exigências do edital, em conformidade com o disposto no item 5.8 do edital, *in verbis*:

*"5.8. Os licitantes deverão declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, quando do registro de sua proposta comercial, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação **e que sua proposta atende às exigências do edital.**" (destacamos)*

Nesse ponto, ressalta-se que a apresentação de declaração falsa por parte dos licitantes ensejará em responsabilização cível, administrativa e penal, nos termos do item 5.6 e 17.2 do Edital. Senão, vejamos:

*"5.6. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente."*

*"17.2. O licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, **apresentar documentação falsa**, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, **não mantiver a proposta**, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, sem prejuízo das multas previstas em lei, no contrato e das demais cominações legais." (destacamos)*

Assim sendo, em caso de desconformidade dos produtos – apurada oportunamente na etapa de execução de contrato, por meio do procedimento próprio de recebimento/aceitação, tudo nos moldes constantes do Edital e Termo de Referência – será dado o licitante como incurso em hipótese de inadimplemento contratual, diante da qual o Contratado sujeitar-se-á às penalidades estabelecidas na lei e no instrumento convocatório, ao passo que à Contratante assistirá a prerrogativa de convocação das licitantes remanescentes, observada a ordem classificatória, para regular fornecimento do objeto.

A empresa recorrida, BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S.A., apresentou contrarrazões, contrapondo expressamente as alegações recursais em relação ao item por ela vencido, ratificando, consequentemente, a regularidade da proposta e do produto ali cotado.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.

#### IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro  
Conselheiro Lafaiete –MG – 36.400-026





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**  
**Setor de Licitação**

- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 19 de setembro de 2022.

  
**ALISSON DIAS LAUREANO**  
Pregoeiro

